

VINICIUS LUMMERTZ

Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.

A erosão silenciosa da competitividade brasileira

Há rankings que registram uma fotografia do momento e desaparecem do noticiário poucos dias depois. Há outros que, mais do que medir desempenho, ajudam a explicar por que um país cresce menos do que poderia, investe menos do que necessita e entrega menos prosperidade do que sua população espera. O Ranking Mundial de Competitividade do IMD pertence a essa segunda categoria. Em 2010, o Brasil ocupava a 38ª posição entre as economias avaliadas. Em 2025, havia caído para o 58º lugar e, em 2026, desceu para a 65ª posição entre 70 países. Em apenas quinze anos, perdemos 27 posições. Não se trata de uma oscilação conjuntural nem da consequência de um único governo ou de uma única crise. Trata-se de uma trajetória de declínio que, acompanhada ao longo de mais de uma década pela equipe da Fundação Dom Cabral, liderada pelo professor Luiz Ros, revela um processo contínuo de erosão da competitividade brasileira.

A palavra erosão talvez seja a que melhor traduza esse fenômeno. Não houve um colapso repentino que despertasse indignação nacional. Houve um desgaste gradual, silencioso e persistente, construído pela convivência com problemas conhecidos que deixaram de provocar espanto e passaram a ser tratados como parte da paisagem econômica do país. O resultado aparece de forma contun-

dente no estudo do IMD: o Brasil ocupa a última colocação mundial em seis indicadores decisivos para a prosperidade de qualquer nação: produtividade e eficiência, atitudes diante da globalização, legislação trabalhista, custo de capital, proteção ao investidor e carga regulatória. Nenhum deles é periférico. Todos definem a capacidade de uma economia produzir riqueza, remunerar melhor o trabalho, atrair investimentos, inovar, competir internacionalmente e ampliar as oportunidades de sua população.

O paradoxo brasileiro continua sendo um dos maiores do mundo. Somos uma potência agrícola, energética, mineral e ambiental, dispomos de um vasto mercado interno, de uma localização geopolítica privilegiada, de empresários reconhecidos pela criatividade e de uma sociedade extraordinariamente empreendedora. O problema nunca foi a ausência de potencial. O problema está na dificuldade de transformar essas vantagens em produtividade, e produtividade é a única fonte duradoura do aumento dos salários, da expansão da renda, da formação de uma classe média sólida e da redução consistente das desigualdades.

Não por acaso, as economias mais competitivas são também aquelas que investem de forma permanente em educação, inovação, tecnologia, infraes-

trutura, segurança jurídica e eficiência institucional. O Brasil continua distante desse padrão. Os resultados obtidos pelos estudantes brasileiros nas avaliações internacionais mostram que a produtividade começa a ser comprometida muito antes da entrada no mercado de trabalho. Um ambiente de negócios excessivamente complexo, custos financeiros entre os mais elevados do mundo, burocracia, insegurança regulatória e um Estado pressionado por déficits persistentes e juros elevados reduzem, simultaneamente, a capacidade de investimento das empresas e do próprio setor público. Inovar deixou de ser uma necessidade apenas da iniciativa privada. Tornou-se uma exigência também da administração pública.

Essa agenda tampouco é inédita. O Movimento Brasil Competitivo, liderado por Jorge Gerdau, procurou colocar produtividade e gestão no centro das políticas públicas. O Plano Verde e Amarelo, no governo Fernando Henrique Cardoso, buscou acelerar a modernização tecnológica do país. A Ponte para o Futuro voltou a defender reformas estruturais voltadas ao aumento da competitividade. Eram iniciativas distintas, mas inspiradas por uma mesma compreensão: nenhuma sociedade distribui riqueza de forma permanente sem antes aprender a produzi-la.

Talvez a principal tarefa desta eleição seja recolocar o Brasil diante do espelho. Para que exista um prognóstico de país, é preciso antes aceitar o diagnóstico do país. O IMD não oferece uma sentença de fracas-

so, mas um diagnóstico rigoroso sobre as causas da perda de competitividade brasileira. Ignorá-lo porque suas conclusões são desconfortáveis significará apenas prolongar um processo que já custou quinze anos de oportunidades perdidas. Programas sociais cumprem um papel indispensável de proteção, mas não substituem um projeto nacional de desenvolvimento capaz de ampliar produtividade, investimento, inovação e crescimento. Tratar os brasileiros como incapazes de compreender essa realidade é subestimar uma sociedade que conhece suas dificuldades e também sabe reconhecer seu potencial.

A erosão silenciosa da competitividade acaba produzindo algo ainda mais profundo: a erosão do próprio país. Ela transforma o endividamento das famílias e das empresas em condição recorrente, reduz a capacidade de investimento do Estado, limita a mobilidade social e corrói, pouco a pouco, a confiança de que a próxima geração viverá melhor do que a anterior. Quanto mais tempo insistirmos em ignorar as causas apontadas pelo IMD, mais gerações desperdiçaremos. O verdadeiro escândalo não está apenas na queda de 27 posições em quinze anos, nem no fato de ocuparmos a última colocação mundial em seis indicadores essenciais. O verdadeiro escândalo está em aceitar esse declínio como se fosse inevitável, quando ele deveria ser o ponto de partida para reconstruir um projeto nacional capaz de devolver ao Brasil aquilo que nunca lhe faltou como potencial, mas que lentamente vem perdendo como realidade.

ARISTÓTELES DRUMMOND

Jornalista, escritor e político

Memória de Cesar Maia

O vereador Cesar Maia, que foi deputado federal, prefeito por três mandatos e bem avaliado secretário de Finanças de Brizola, é o que se poderia chamar de “político difícil”, pois só mesmo um temperamento pouco político pode justificar não ter sido eleito governador ou tido oportunidades no cenário nacional.

Na sua geração e safra de políticos, é raridade ter passado sem nenhum tipo de suspeição, assim como seus filhos com passagem na política. Eficiente na gestão, realizador e mãos limpas. Assume sua vocação para a vida pública exercendo no final da carreira mandato de vereador, com a simplicidade e o despojamento das

pessoas bem-resolvidas. Outra avaliação a entrar nas especulações desta singular trajetória pode ser em função de sua origem ideológica de esquerda, que pode ter evoluído para o centro sem prejuízo da decepção com o grupo que, chegando ao poder e a mandatos, não teve o mesmo comportamento ético e moral.

No processo de democratização promovido pelo presidente João Figueiredo, verificou-se que nem o regime nem a oposição trataram de renovação. Depois de 21 anos de presença do regime de 64, o Brasil cresceu na economia e no social, mas não renovou quadros políticos, apesar de revelações admiráveis como os coronéis

Andreazza, Passarinho, César Cals, Haroldo Mattos e Ludwig, A oposição não ficou atrás. Na primeira eleição direta para os estados, em 82, elegeu Brizola, Arraes, Tancredo e Montoro; todos pré-64.

Cesar Maia, diferentemente dos outros, logo que assumiu a prefeitura montou uma equipe de jovens de grande valor, sendo exemplo maior o também prefeito por três mandatos do Rio Eduardo Paes. E gente escolhida pelo mérito.

Em observações nas suas redes sociais, Cesar Maia tem prestado testemunho sobre a qualidade de auxiliares, como o secretário de Saúde em dois mandatos e mais no sucessor dele, Luiz Paulo Conde, Ronaldo Gazolla. Outro nome de referência é a admirável Helena Severo. As digitais de Helena estão no que existe de importante na cultura da

cidade, como teatros e bibliotecas, o que a levou a presidir a Biblioteca Nacional, depois a secretaria estadual de Cultura e o Theatro Municipal, que é estadual. Helena Severo trouxe para o Rio o admirável Francisco Weffort, ministro da Cultura de FHC e seu marido, cuja simples presença na cidade já era um evento cultural relevante.

E teve outros que não prosseguiram na vida pública, como Luciano Almeida e Silva, Índio da Costa, João Figueira e João Figueira de Melo.

Ganha importância neste momento de tantos desencantos, de busca de alternativas, casos como o do ex-prefeito do Rio, que devem de ter outros pelo Brasil afora. Precisamos ter esperança de encontrar atores melhores, nos dois grupos em disputa.

SILMARA CASADEI

Doutora em Educação, psicanalista e autora de O Pequeno Mundo Criativo.

Na era da IA, o diferencial será humano

Transformações tecnológicas sempre alteraram a forma como trabalhamos. A diferença é que, desta vez, estamos diante de sistemas capazes de produzir textos, imagens, análises e respostas em poucos segundos. Isso provoca uma sensação inédita de concorrência com algo que se aproxima de processos antes considerados exclusivamente humanos.

A discussão sobre inteligência artificial costuma girar em torno das profissões que desaparecerão e das novas exigências do mercado de trabalho. Embora esse debate seja importante, ele deixa em segundo plano quais capacidades humanas precisarão ser fortalecidas desde a infância para que as próximas gerações possam viver de forma autônoma em

um mundo cada vez mais mediado por sistemas inteligentes.

Curiosamente, à medida que as máquinas se tornam mais eficientes, características antes consideradas subjetivas passam a ganhar valor estratégico. Pensamento crítico, criatividade, flexibilidade cognitiva, capacidade de colaboração e inteligência socioemocional deixaram de ser apenas habilidades desejáveis e tornaram-se competências essenciais.

Isso ajuda a explicar um dado interessante: embora sejam os principais usuários dessas ferramentas, 66% dos jovens afirmam não confiar totalmente nas respostas geradas pela inteligência artificial (Ipsos, 2026). Mesmo entre aqueles que cresceram cercados pela tecnologia, per-

manece a percepção de que informação não é sinônimo de discernimento.

Discernimento não nasce do acúmulo de respostas prontas, porque ele se desenvolve por meio da experiência, da reflexão, do contato com diferentes perspectivas e da capacidade de duvidar antes de chegar a conclusões. Trata-se de um processo que envolve maturação intelectual e emocional, algo que não pode ser terceirizado a uma ferramenta.

Por essa razão, preparar crianças para o futuro não significa expô-las cada vez mais cedo às telas ou treiná-las para competir com algoritmos. Significa ajudá-las a desenvolver aquilo que os algoritmos não conseguem reproduzir. A criatividade, por exemplo, não surge apenas da produção de ideias. Ela depende de repertório, imaginação, experimentação e contato com situações reais.

Sob a perspectiva do desenvolvi-

mento emocional, existe ainda outro desafio. Crianças que crescem recebendo respostas instantâneas podem ter menos oportunidades de exercitar a espera e a elaboração do pensamento. A educação do futuro tem menos relação com o domínio das tecnologias e mais com a preservação de experiências humanas que favorecem a autonomia. Quanto mais avançados forem esses sistemas, mais necessário será formar pessoas capazes de construir critérios próprios diante de respostas vazias tão acessíveis.

Nenhuma sociedade se sustenta apenas por velocidade ou acesso à informação. Ela depende também da responsabilidade em projetar futuros possíveis. São essas dimensões que conferem sentido ao conhecimento e que tornam a educação ainda mais decisiva em tempos de transformação tecnológica